

PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE
SECTOR DE SÃO VICENTE

A PROBLEMÁTICA DA PARTICIPAÇÃO DOS QUADROS NA
DEFINIÇÃO E EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS NACIONAIS

tema 1

Mindelo, 19 Dezembro/1986

I N D I C E

A Problemática da participação dos quadros na definição e execução das Políticas Nacionais.

1. O enquadramento da problemática da participação
2. Limitações da participação
3. A participação do quadro militante e do não militante
4. O papel das Associações Sócio-Profissionais
5. Conclusões

1 . O enquadramento da problemática da participação

A participação dos quadros na definição e execução das políticas nacionais encontra a sua justificação na orientação global de levar as massas populares a assumirem plenamente o papel de agentes decisivos no desenvolvimento do país e de serem os principais beneficiários do esforço dispendido nesse sentido.

O quadro, como um dos motores da sociedade em desenvolvimento, dadas as suas capacidades e qualidades, é elemento de primordial importância nessa evolução social.

A sociedade nova que pretendemos construir em Cabo Verde pressupõe a existência, a todos os níveis, de quadros nacionais patriotas e decididos a contribuir para a árdua, mas difícil tarefa, de Reconstrução Nacional, aliada à do Desenvolvimento do País.

Constata-se que o quadro, de uma maneira geral, é chamado, nos dias que correm, a intervir em domínios de actividade cada vez mais importantes, devendo, para tanto, estar à altura de poder corresponder às exigências da evolução da nossa terra.

Ora, sendo o aproveitamento dos recursos humanos um dos meios mais utilizados pelo nosso Partido e Governo, especial atenção, necessariamente, deve ser dada à problemática da participação dos quadros na prossecução dos objectivos nacionais, nomeadamente, facultando-lhes a possibilidade de adquirirem uma razoável gama de conhecimentos técnico-científicos, capacidade de organização e de direcção.

Estamos em crer que duas componentes são fundamentais para a boa participação dos quadros, onde quer que seja:

a) A primeira respeita à vontade de participar (elemento subjectivo), que no nosso país, podemos detectar na maioria dos quadros jovens que regressam ao torrão natal, sejam eles militantes ou não.

b) A segunda componente está ligada à efectivação dessa vontade de participar, tendo em conta os elementos objectivos como as facilidades, a permissibilidade, a coordenação, etc. Aqui, atentas as limitações, normais em países pobres como o nosso, reside a maior parte das dificuldades.

A participação dos quadros, na actual conjuntura nacional, tem de ser entendida como sendo insatisfatória, embora não descuremos a exiguidade dos seus conhecimentos, esses mesmos, tantas vezes mal aproveitados e poucas vezes estimulados.

É claro que isso tem muito a ver com as dificuldades que o quadro, enquanto estudante muitas vezes enfrenta, ou com formas inadequadas de aproveitamento das suas capacidades ou ainda, nalguns sectores, com insignificantes possibilidades de superação técnico-profissional concedidas.

Daí a necessidade de um repensar da situação dos quadros, sejam ou não militantes, com vista à um aproveitamento tanto maior quanto possível, pelo País, das suas inegáveis potencialidades.

Finalmente, não podemos deixar de frisar que o quadro, ele mesmo, deve repensar a sua forma de estar e contribuir para a vida da sociedade, uma vez que (principalmente o quadro militante) deve ser o principal impulsionador de definição e execução das políticas do processo de desenvolvimento nacional.

Para tanto, deve envidar esforços no sentido do abandono de uma certa passividade que de alguns vem tomando conta, já que participar é ter uma vida actuante, em todos os sentidos, na Sociedade.

2. Limitações à participação

A problemática das limitações à participação do quadro deve ser encarada desde a sua formação passando pela ^{sua} condição de jovem quadro ao quadro experiente.

É dentro deste contexto que devemos analisar os diversos obstáculos à participação do quadro.

Para além do sistema de selecção para frequentarem formação no exterior que muitas vezes não corresponde ao desejo do estudante, uma vez que a atribuição de bolsas de estudo não depende na maioria dos casos da vontade do aluno, mas sim da disponibilidade de cursos que através da Cooperação internacional é posta à disposição do Governo de Cabo Verde, passando pelo não acompanhamento do estudante enquanto faz a sua formação no exterior aprofundando os seus conhecimentos técnico-científicos através de estágios devidamente orientados e em áreas de interesse para o país, surge o problema do seu enquadramento quando regressa. Muitas vezes o jovem quadro regressa animado de um desejo de tudo fazer para o desenvolvimento do país, mas a deficiente avaliação das suas possibilidades e a falta de apoio faz com que ele perca a motivação, prejudicando assim a sua actuação e dando lugar ao crescimento de um certo individualismo

As frustrações e o sub-aproveitamento do quadro recém-formado estão bem patentes nas conclusões do Grupo de Trabalho da Administração Pública para o IIº Plano Nacional de Desenvolvimento: "Do total de quadros (da Função Pública e Institutos) 73 por cento sentem-se em algum grau, desmotivados, 44 por cento bastante desmotivados, 28 por cento em algum grau sub-aproveitados!"

O quadro, depois de algum tempo de trabalho normalmente preocupa-se com a sua formação. Esta formação prolonga-se pela vida profissional, devendo por isso ser orientada no sentido de uma permanente superação, através do aprofundamento e actualização dos seus conhecimentos. Um dos graves problemas é que chegam anualmente ao país, quadros técnicos com formação em tecnologias diferentes, sem que exista, muitas vezes uma estrutura onde possam aplicar os seus conhecimentos. Para que o quadro não se sinta frustrado será necessário institucionalizar acções de formação permanente tendo em conta a superação dos seus conhecimentos.

Outro problema é que não existem instituições onde o quadro possa discutir problemas ligados à sua actividade profissional, permiti-

tindo deste modo trocas de experiências e de informações actualizadas tendo em conta a evolução da sua especialidade no campo internacional.

Assim, é nossa convicção que, contribuindo para a valorização profissional e o enquadramento e acompanhamento dos quadros, estaremos eliminando as principais limitações à sua participação.

Sem dúvida que a melhor garantia para que o quadro participe na execução das políticas nacionais é de que ele participe na sua definição. Ora, o que se tem vindo a verificar, sobretudo nalguns Ministérios, é uma fraca participação dos mesmos nessa definição, criando assim a falta de motivação na sua execução.

Finalmente há que envidar esforços no sentido da criação das condições necessárias para que se possa tirar proveito da enorme potencialidade de que dispõe o nosso país tendo em conta a formação em tecnologias diferentes dos nossos quadros.

3. A participação do quadro militante e do não militante

O quadro militante é antes de mais o fundamentalmente um militante. Isto quer dizer que toda a sua actuação deve ser a de um verdadeiro militante no âmbito das suas obrigações estatutárias, independentemente da sua condição de ser ou não ser quadro. Entretanto, o facto de ele ser técnico, confere-lhe responsabilidades específicas dentro do âmbito da sua especialidade. O problema que se põe é como aproveitar de uma forma mais eficaz o quadro militante. Antes de mais é preciso fazer uma reflexão sobre as medidas até agora tomadas para aproveitamento do quadro, para além da sua condição de militante. Não basta atribuir ao quadro militante tarefas específicas no campo da sua especialidade; é importante, é uma condição necessária, mas não suficiente. É preciso que o quadro militante esteja devidamente organizado de acordo com as suas afinidades profissionais, independentemente de estar ou não integrado numa Associação Profissional com os quadros não militantes. Essa organização dos quadros militantes deverá permanentemente fazer uma análise profunda dos vários aspectos da vida nacional com vista a ajudar a Direcção do Partido e o Governo a definir da melhor forma possível as políticas no âmbito da sua especialidade. Exemplificando, os Economistas militantes deverão ter um papel importante na estratégia de desenvolvimento económico, os Médicos na definição da política da saúde, etc. Pensamos que se não existir essa organização dificilmente o quadro, mesmo sendo militante, poderá desempenhar um papel importante na definição e execução de políticas nacionais.

No que concerne ao quadro não militante, o Partido deverá atribuir-lhe tarefas específicas através de grupos de trabalho permanentes para análise de questões em razão da matéria, grupos esses constituídos também e sempre que possível com quadros militantes. Actuando desta forma o quadro não militante não só estaria sendo aproveitado como também ~~estaria sendo aproveitado como também~~ estaria sendo influenciado pela política ideológica do nosso regime. Actuando desta forma, o quadro militante deverá ter a preocupação de fazer um trabalho de recrutamento do quadro não militante para as fileiras do Partido.

O quadro militante, quer individualmente, quer ^{através} da sua organização deverá também desempenhar um papel importante nas eventuais Associações dos Técnicos em geral ou das Associações Profissionais em particular. É evidente que se houver uma concertação do quadro militante sobre questões importantes da vida nacional através da sua organização, a sua influência nas Associações é muito maior.

Outro problema que se põe é a ocupação dos cargos de chefias. Sémpre que possível, entre o quadro não militante e o quadro militante, é este que deverá chefiar as funções ^{eminentemente} políticas, como garante da aplicação dos princípios do Partido. ..

Nesta conformidade, para que o quadro militante tenha autoridade, ele deverá preocupar-se com a sua formação política-ideológica e aprofundamento dos seus conhecimentos técnicos, devendo o Partido criar-lhe as mínimas condições possíveis para que esses objectivos sejam alcançados.

4. O papel das Associações sócio-profissionais

Como resulta das resoluções do I Encontro dos Quadros Técnicos e de Direcção Militantes, as Associações Sócio-Profissionais não podem, de per si, resolver cabalmente o problema da acção partidária no seio dos Quadros Técnicos e de Direcção Militantes.

Mas o Encontro reconheceu a necessidade da criação de tais Associações, isso porque, através delas, pode ser facilitado o estudo sério de problemas nacionais, pode ser melhor efectivada a integração dos recém-formados, pode ser feita reciclagem permanente dos seus membros, etc., desde que os militantes se esforcem no sentido de poderem exercer forte influência no seu seio.

Com base nestes dados, passamos a dimensionar alguns elementos, uns positivos, outros negativos, que tais associações poderão evidenciar, tudo numa perspectivação do ponto de vista partidário:

a) Tendo em conta que tanto o II Plano Nacional de Desenvolvimento como o Programa do Governo indicam insistentemente como um dos entraves ao desenvolvimento a falta de elaboração, ou mesmo falhas na elaboração de projectos de desenvolvimento, somos em crer que, facilitando-se a criação das associações em referência, criam-se, em parte as condições necessárias ao aperfeiçoamento técnico-científico dos membros desses associações, pelo intercâmbio de ideias que poderão facultar, pelos seminários e conferências que poderão organizar, pela troca de experiências com associações congêneres estrangeiras que poderão dinamizar, etc.

b) Por outro lado, as Associações sócio-profissionais, em se organizando convenientemente (com o Partido a interessar-se vivamente pela intervenção no seu seio, nomeadamente através da preparação adequada de quadros militantes, a fim de poderem estes liderar o mo-

vimento associativista), poderão ser factores de peso no processo de desenvolvimento nacional, permitindo que, através delas, os quadros, militantes ou não, possam contribuir seriamente na discussão de tudo o que importe o desenvolvimento e modernização do nosso país.

c) É bom ter em conta, no entanto, alguns aspectos hipoteticamente negativos que as futuras associações poderiam trazer in se.

Na verdade, tais associações, se se pautarem por iniciativas meramente reivindicativas ou gratuitamente contestárias, poderão instituir-se como elementos aleatórios, causadores de desestabilização.

Por outro lado, se cada uma delas, egoisticamente, se escudar em objectivos puramente individualistas, sem ter em conta a sua importância social, teremos associações que à Sociedade não interessará.

Mas é bom não esquecermos o papel que junto às mesmas o Partido poderá e deverá desempenhar, através da intervenção já atrás referida, utilizando os seus quadros militantes.

5. Conclusões

Com vista a um melhor aproveitamento sistemático do que atrás ficou dito, e à laia de síntese das ideias-força que do texto se pode extrair, passamos a delinear, de seguida, algumas medidas que em nosso entender poderão permitir uma maior e melhor participação dos quadros, sejam militantes ou não, sua definição e execução das políticas nacionais:

. Melhor critério na selecção e atribuição das bolsas de estudo;

. Acompanhamento, por parte dos estruturas do Ministério da Educação, do estudante, durante a sua preparação académica;

. Criar uma Instituição para o enquadramento do jovem quadro, logo que regressa ao País, a qual deveria estar vocacionada para integrar o quadro na vida profissional tendo em conta os conhecimentos que adquiriu no exterior, de modo a evitarem-se frustrações, desmotivações e sub-aproveitamento das suas capacidades;

- . Que a Reforma Administrativa em curso no nosso País tenha na devida consideração o facto de muitos quadros jovens se sentirem desmotivados, se não mesmo frustrados, uma vez que as chefias são ocupadas por pessoas com experiência administrativa colonial, mas que nem sempre conseguem acompanhar o ritmo da evolução, pelo que a referida Reforma deverá criar campo propício para as mudanças desejáveis;
- . Permitir aos quadros a superação permanente dos seus conhecimentos, nomeadamente facultando-lhes a possibilidade de frequentarem estágios, de se especializarem nos domínios da sua formação e de adquirirem conhecimentos de Organização e Direcção, dos serviços em que estão enquadrados;
- . Criação de mecanismos nos Ministérios, Serviços, Empresas, etc., para garantir ao quadro uma participação activa na definição de programas e políticas nacionais de desenvolvimento;
- . Melhorar as condições materiais e o ambiente de trabalho dos quadros;
- . Com vista a ajudar o Partido e o Governo a definir as políticas nacionais, propõe-se a criação de Organizações de quadros militantes, de acordo com as suas afinidades profissionais independentemente de pertencerem ou não a associações sócio-profissionais;
- . Com vista ainda ao melhor aproveitamento dos quadros em geral e ao recrutamento do quadro não militante para as fileiras do Partido, sugere-se a criação de grupos de trabalho permanentes constituídos por quadros militantes e não militantes, para a análise de questões da sua especialidade e de interesse para o Partido e Governo;
- . A ocupação dos cargos de chefia em funções de carácter eminentemente políticas, sempre que possível, deverá ser atribuída a quadros militantes, com vista a garantir a aplicação dos princípios do Partido;
- . O Partido deverá apoiar a criação de Associações sócio-profissionais.
- . O Partido deverá intervir nas mesmas, para tanto, servindo-se dos seus quadros militantes, a fim de evitar eventuais riscos de subreposição de factores negativos que poderão advir da criação de associações dessa natureza;
- . O próprio quadro deverá abandonar uma certa passividade, que de alguns tem tomado conta, como se pode verificar actualmente.



Temas para a Reunião dos Secretariados
Executivos do Sal, S.Vicente e Praia

*inquerito
expectativas
comportamento*
In

1. A problemática da mobilização e enquadramento dos quadros técnicos na vida (actividade) do Partido - ~~S.Vicente~~.
2. O equacionamento do problema da formação política e ideológica dos militantes e quadros do Partido - ~~Praia~~.
3. Os Grupos nos locais de trabalho - ~~Sal~~.
4. A acção ideológica nos meios urbanos - ~~Praia~~.
5. A coordenação das instituições locais de participação popular - ~~Praia, Sal~~.
6. A intervenção do Partido nas actividades do Estado - ~~Praia, S.Vicente~~.

Praia, 30 de Setembro de 1986-.